

Sumário

Apresentação	xi
Prefácio	xv
Introdução	1

PARTE I

VIOLÊNCIA E VITIMIZAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE ABUSO SEXUAL INTRAFAMILIAR

Capítulo 1 – A Tutela Legal Contra a Violência Familiar e Suas Diversas Formas	11
1.1. A violência familiar – as crianças e adolescentes como alvo	11
1.2. Violência sexual intrafamiliar e incesto.....	21
1.3. Análise evolutiva dos direitos infanto-juvenis	36
Capítulo 2 – A Vítima e o Processo de Vitimização Primária de Crianças e Adolescentes	41
2.1. A vítima como objeto da Criminologia e da Vitimologia.....	41
2.2. O estudo da vítima através dos tempos.....	45
2.3. Vítima penal, processual penal e o sujeito passivo do crime.....	49
2.4. A vitimização do sujeito passivo da infração penal.....	56
2.5. A vitimização primária: abuso sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes	59
2.6. Aspectos político-sociais da reiteração do abuso sexual intrafamiliar ..	62
2.7. Relação Causal e superação do fato abusivo	64
Capítulo 3 – Considerações Jurídicas Acerca do Abuso Sexual Intrafamiliar – Tipos Penais e Peculiaridades Jurídicas	67
3.1. Base jurídica do abuso sexual intrafamiliar	67
3.2. O bem jurídico protegido nos crimes sexuais que envolvem crianças e adolescentes	71
3.3. A resistência da vítima nos crimes sexuais	72
3.4. Discussão sobre a presunção de violência.....	73
3.5. Vícios do consentimento pela dominação sexual irresistível e pela especial vulnerabilidade no abuso sexual intrafamiliar	76
3.6. Agressão sexual e abuso sexual.....	80

3.7. Causas especiais de majoração de pena nos crimes sexuais conforme artigo 226 do CP	81
3.7.1. Relação de parentesco ou superioridade.....	81
3.7.2. Concurso de pessoas no abuso sexual intrafamiliar	82
3.8. Aspectos legais da reiteração do abuso sexual intrafamiliar.....	85

PARTE II

O PROCESSO PENAL E A VITIMIZAÇÃO SECUNDÁRIA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE ABUSO SEXUAL INTRAFAMILIAR

Capítulo 4 – Vítima Sexual Infanto-Juvenil: Sujeito ou Objeto do Processo Penal.....	89
4.1. O Estado violentador	89
4.2. A vítima-testemunha infanto-juvenil no processo penal	93
4.3. Após o abuso a revitimização: vitimização secundária de crianças e adolescentes	97
4.4. O interesse superior de tutela das crianças e adolescentes e as garantias constitucionais processuais do acusado	102
Capítulo 5 – A Palavra da Vítima Infanto-Juvenil de Abuso Sexual Intrafamiliar e o Discurso Jurídico no Processo Penal Judicial.....	115
5.1. O discurso jurídico e a relação comunicacional no processo penal.....	115
5.2. Linguagem infanto-juvenil e qualificação do interlocutor.....	123
5.2.1. A comunicação verbal e não-verbal.....	123
5.2.2. A linguagem infanto-juvenil	126
5.2.3. A qualificação do entrevistador.....	130
5.3. Abordagem jurídica versus abordagem psicológica	136
5.4. Considerações críticas ao modelo de produção técnico-científica.....	140
Capítulo 6 – Políticas Criminais de Redução de Danos e Conscientização Ética de Tutela Processual	145
6.1. Estrutura do projeto da pesquisa de campo	145
6.1.1. Objetivos da pesquisa e metodologia: forma de abordagem e técnicas utilizadas.....	145
6.1.1.1. Forma de abordagem: transdisciplinaridade	146
6.1.1.2. Técnicas de pesquisa: documental e empírica.....	147
6.1.1.2.1. Técnica documental	147
6.1.1.2.2. Técnica Empírica	148
6.2. Descrição da pesquisa de campo.....	148
6.2.1. Análise documental das políticas criminais de redução de danos às vítimas	148
6.2.1.1. Projeto Depoimento sem Dano	150

6.2.1.2. Projeto piloto de especialização por distribuição preferencial	153
6.2.2. Métodos de acolhimento e inquirição das vítimas-testemunhas infanto-juvenis – Colheita de informações e verificação “ <i>in loco</i> ”.	154
6.2.2.1. Procedimento na 6ª Vara Criminal – Foro Central – Porto Alegre	154
6.2.2.2. Procedimento na 9ª Vara Criminal – Foro Central – Porto Alegre	155
6.2.2.3. Procedimento no 2º Juizado da Infância e Juventude – Foro Central – Porto Alegre.....	156
6.2.3. Estudo exploratório na 6ª e 9ª Varas Criminais e no 2º Juizado da Infância e Juventude de Porto Alegre.....	158
6.2.3.1. Caso 1 – 9ª Vara Criminal	158
6.2.3.2. Caso 2 – 9ª Vara Criminal	160
6.2.3.3. Caso 3 – 6ª Vara Criminal	162
6.2.3.4. Caso 4 – 2º Juizado da Infância e Juventude	165
6.3. Valoração da pesquisa de campo e considerações reflexivas	168
6.3.1. A mudança de paradigma	168
6.3.2. Depoimento sem dano e formalidades legais	172
6.3.3. Políticas criminais internacionais de redução de danos	173
6.3.4. Repensando a minimização da vitimização secundária a partir da ética	177
Considerações Finais	181
Referências Bibliográficas	189